



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

RELATÓRIO E CONTAS

(Período de 01 de janeiro a 31 dezembro 2016)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

GUIA DE REMESSA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

Nota introdutória



Nota Introdutória

Em cumprimento do estipulado na Instrução n.º1/2004 – 2ª Secção, publicada no Diário da República n.º38, II Série, de 14 de fevereiro, elaborou-se o presente relatório que se reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

A 24 de julho de 2014 é revogado o Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2012/A, de 27 de novembro, que aprovava a orgânica do XI Governo Regional dos Açores, passando a vigorar o Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, de 24 de julho, diploma que aprovou a reestruturação orgânica do XI Governo Regional dos Açores, tendo sido reorganizados alguns dos departamentos do Governo Regional, com a consequente criação e alteração de competências. Por força desse diploma, foi criada a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, órgão operativo do Governo Regional que exerce competências em matéria de definição e execução da política regional em matéria das pescas e aquicultura, dos assuntos relacionados com o mar, designadamente a exploração oceanográfica, o licenciamento de usos do mar, a gestão da orla costeira e o ordenamento do espaço marítimo, fomentando o desenvolvimento sustentável da economia do mar, bem como na ciência e tecnologia promovendo a qualidade, a educação e a formação.

Na dependência deste departamento governamental, encontra-se a Direção Regional dos Assuntos do Mar, departamento que explicaremos no relatório de gestão por se tratar do objeto da presente prestação de contas.

Refira-se que, através do Decreto Regulamentar 9/2016/A de 21 de novembro, foi definida a orgânica do XII Governo Regional dos Açores, não tendo a mesma concretizado qualquer alteração ao nível da Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Por outro lado, a transição para o novo regime de autonomia administrativa dos serviços e organismos da administração pública regional fez-se nos termos do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, mediante despacho conjunto do secretário regional da tutela e do vice-presidente do Governo Regional, sob proposta do diretor regional do Orçamento e Tesouro, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 3º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2014/A, de 14 de fevereiro.

Deste modo, ao abrigo do Despacho n.º 558/2014, de 7 de abril, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, a Direção Regional dos Assuntos do Mar transitou para o novo regime de autonomia administrativa e implementou um sistema integrado de gestão financeira, orçamental e de recursos humanos com a introdução do POCP e do sistema de gestão financeira e orçamental integrado, através da aplicação GERFIP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

Por último, importa referir que serão apresentadas algumas notas com o objetivo de facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidos na Instrução n.º1/2004 – 2ª Secção, publicada no Diário da República n.º38, II Série, de 14 de fevereiro.

Quanto às notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes, foram omissas e os mapas solicitados encontram-se reportados em anexo.



5. Balanço

O balanço da DRAM encontra-se no anexo 5 do presente relatório, podendo-se observar um resumo no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo do balanço

Ativo (euros)		Passivo (euros)	
Imobilizado (bens domínio público)	16.835.077,45	Fundos próprios	17.889.998,42
Imobilizado corpóreo	1.130.209,01		
Amortizações	(68.539,02)	Passivo	0,00
Acréscimos/Diferimentos	293,88	Acréscimos/Diferimentos	7.042,00
Total do ativo	17.897.040,42	Total dos fundos próprios + passivo	17.897.040,42

6. Demonstração de resultados

De seguida, apresenta-se um resumo da demonstração de resultados no Quadro 2, sendo esta incluída no anexo 6.

Quadro 2 – Resumo da demonstração de resultados

Resultado do exercício (euros)	
Resultados operacionais	-19.077,22
Resultados financeiros	0,00
Resultados correntes	-19.077,22
Resultado líquido do exercício	1.263.637,04

7. Mapas da execução orçamental

7.1 Nota ao mapa de controlo orçamental – Despesa

O controlo da execução orçamental da despesa é apresentado no mapa do controlo orçamental – Despesa, e encontra-se no anexo 7.1.



7.2 Nota ao mapa de controlo orçamental – Receita

O controlo da execução orçamental da receita é apresentado no mapa do controlo orçamental – Receita, e encontra-se no anexo 7.2.

7.3 Fluxos de caixa

As importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos do exercício, referentes à execução orçamental e à operação de tesouraria, encontram-se no mapa de fluxos de caixa no anexo 7.3.

7.5.1 Descontos e retenções - Receita

O mapa de operações extraorçamentais-receita encontra-se no anexo 7.5.1.

7.5.2 Descontos e retenções - Despesa

O mapa de operações extraorçamentais-despesa encontra-se no anexo 7.5.2.

7.7.1 Orçamento - Despesa

O mapa do orçamento – despesa encontra-se no anexo 7.7.1.

7.7.2 Orçamento - Receita

O mapa do orçamento – receita encontra-se no anexo 7.7.2.

8. Anexo às demonstrações financeiras

8.1 Caraterização da entidade

8.1.1 – Identificação

Designação: Direção Regional dos Assuntos do Mar

Morada: Colónia Alemã, Rua Cônsul Dabney, Apartado 9, 9900-014 Horta.

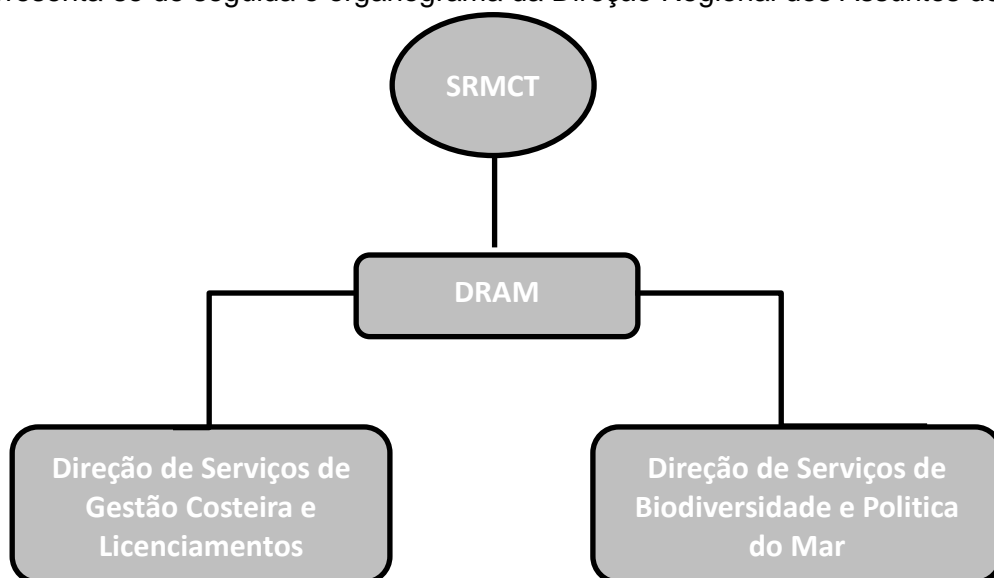
A Direção Regional dos Assuntos do Mar é um serviço com autonomia administrativa, sujeito à tutela da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

8.1.2 – Legislação

A orgânica da Direção Regional dos Assuntos do Mar encontra-se prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro.

8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva

Apresenta-se de seguida o organograma da Direção Regional dos Assuntos do Mar.



8.1.4 – Atividades

A Direção Regional dos Assuntos do Mar tem por missão contribuir para a definição da política regional para a valorização do Mar dos Açores, nomeadamente através da gestão integrada e sustentável do espaço marítimo, da exploração oceanográfica, da conservação e proteção dos recursos, do licenciamento de usos do mar e do ordenamento e proteção das orlas costeiras, bem como orientar, coordenar e controlar a sua execução.

Compete à Direção Regional dos Assuntos do Mar:

- a) Propor os objetivos, as prioridades e a estratégia para a formulação da política regional nos domínios da sua missão, bem como as medidas necessárias à concretização daquela política, incluindo o respetivo financiamento;
- b) Promover, elaborar, gerir e monitorizar, planos, programas, projetos e medidas, bem como executar as ações que lhe sejam atribuídas relacionadas com a implementação dos mecanismos de concretização da política regional, nacional ou comunitária, nos domínios da sua missão;
- c) Contribuir para a formulação das orientações regionais no âmbito das políticas ou disposições comunitárias ou nacionais nos domínios da sua missão;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

- d) Exercer as funções de autoridade ambiental no meio marinho, nos termos legalmente fixados;
- e) Gerir a utilização do Domínio Público Marítimo;
- f) Apoiar as atividades de prevenção e combate à poluição marítima, incluindo pronunciar -se sobre programas específicos de prevenção e combate a acidentes graves de poluição em áreas com incidência sobre os recursos marinhos;
- g) Assegurar a gestão da orla costeira regional de forma integrada e sustentável, promovendo a implementação de ações e medidas indispensáveis à sua requalificação e ordenamento, tendo em vista a salvaguarda de pessoas e bens e a preservação de valores ambientais;
- h) Fomentar a utilização económica do mar e assegurar a sua sustentabilidade, com ênfase em novas atividades, como sejam a utilização dos recursos minerais, energéticos, bioquímicos e genéticos;
- i) Realizar, dinamizar e apoiar atividades de promoção, divulgação, sensibilização e educação ambiental, na sua vertente marinha, bem como a formação e divulgação técnica em matéria de recursos marinhos;
- j) Promover a investigação científica marinha, identificando prioridades e favorecendo a inovação nos domínios da sua missão, em articulação com outros serviços com competência técnica na matéria;
- k) Coordenar e implementar a salvaguarda da biodiversidade marinha e a promoção da conservação da natureza, incluindo a gestão das áreas marinhas classificadas e delimitadas para a salvaguarda de espécies, habitats e outros valores ambientais;
- l) Coordenar as atividades de monitorização e acompanhar a investigação e bioprospeção no Mar dos Açores;
- m) Promover a gestão integrada e a conservação dos recursos marinhos explorados ou afetados por atividades humanas, em articulação com outras entidades competentes na matéria;
- n) Cooperar com os departamentos do Governo Regional com competências sobre os transportes marítimos e pescas, no que respeita às temáticas portuárias;
- o) Cooperar com a Autoridade Marítima Nacional e com a Inspeção Regional das Pescas, para a fiscalização das atividades marítimas;
- p) Zelar pela implementação da Estratégia Nacional para o Mar e do Plano Mar Portugal, especialmente da componente regional daquele documento;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

- q) Colaborar com o departamento do Governo Regional com competência sobre as questões culturais, em temáticas relacionadas com o património marítimo, nomeadamente em matéria de arqueologia subaquática e gestão dos parques arqueológicos subaquáticos, entre outros;
- r) Garantir a divulgação generalizada de informação e o acesso público a serviços de interesse para os cidadãos e outras entidades, nos domínios da sua missão;
- s) Contribuir para a formulação da legislação regional e pronunciar -se sobre documentação e legislação regional, nacional e comunitária, nos domínios da sua missão;
- t) Implementar as medidas necessárias para obter e manter um «Bom Estado Ambiental», nos termos da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”;
- u) Assegurar as ligações adequadas com os organismos internacionais, comunitários, nacionais e regionais nas áreas de relevância para o correto desempenho das suas atribuições.

8.1.5 Recursos Humanos

A Direção Regional dos Assuntos do Mar é dirigida pelo Diretor Regional, Doutor Filipe Jorge Monteiro de Mora Porteiro.

Relação dos responsáveis pelos departamentos da DRAM no período de referência do relatório:

Direção de Serviços de Gestão Costeira e Licenciamentos: Eng.º Fernando Jorge Almeida Pinto Cardoso

Direção de Serviços de Biodiversidade e Política do Mar: Doutor Gilberto Manuel Pinto Carreira

Relativamente ao número de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2016, apresenta-se no Quadro 3 a respetiva discriminação por serviço, quadro e categoria.

Quadro 3 – Recursos humanos

Serviço	Quadro	Fora do Quadro
DRAM Faial		Diretor Regional - 1
	Diretor de Serviços - 2	
	Técnico Superior – 8	
	Assistente Técnico – 2	
DRAM São Miguel	Técnico Superior – 1	Técnico Superior – 1
Total	13	2



8.1.6 Organização contabilística e administrativa

A Direção Regional dos Assuntos do Mar tem um manual de procedimentos e controlo interno.

Os documentos de suporte estão organizados em *dossiers* e arquivados por processo de despesa, do qual faz parte a proposta de realização de despesa (NPD), a nota de encomenda, cabimento e autorização da despesa, bem como o documento comprovativo de despesa (fatura ou documento equivalente). Estes documentos estão associados a pedidos de autorização de pagamento (PAP) e agrupados por pedido de libertação de créditos (PLC).

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade é suportado em GERFIP.

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCP

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, não tendo sido derogadas quaisquer disposições.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados

Em comparação com o ano anterior, verificou-se na presente gerência um aumento no valor do ativo líquido, correspondente ao incremento verificado nas contas de imobilizado, e com a consequente valorização positiva no resultado líquido do exercício. Em termos de resultados, houve um grande aumento relativamente ao resultado líquido da gerência anterior, em consequência do fecho de vários imobilizados em curso.

8.2.3 Critérios valorimétricos e contabilísticos

O critério valorimétrico utilizado nas várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foi o do custo histórico para os imóveis.

As amortizações dos imobilizados foram calculadas pelo método das taxas constantes, nos termos da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

8.2.7 Amortizações e provisões

Os movimentos das contas do ativo imobilizado que constam no balanço e nas respetivas amortizações e provisões encontram-se no anexo 8.2.7.

8.2.8 Desagregação das rubricas

Este mapa encontra-se no anexo 8.2.8.



8.2.14 Ativo imobilizado

No que concerne aos bens móveis, foram atribuídos valores de 0,01€ e 0,10€, uma vez que não se conhece o seu valor de aquisição, conforme anexo 8.2.14.

8.2.15 Identificação dos bens de domínio público

Os bens de domínio público que não são objeto de amortização encontram-se no anexo 8.2.15. A razão pela qual estes bens não são objeto de amortização, reside no facto de se englobarem no domínio público marítimo.

8.2.32 Explicação da classe 5 – Fundo Patrimonial

Relativamente a este item, a variação respeita ao resultado líquido do corrente exercício.

8.2.37 Demonstração de resultados financeiros

O mapa sobre a demonstração dos resultados financeiros encontra-se no anexo 8.2.37.

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

O mapa sobre os resultados extraordinários encontra-se no anexo 8.2.38.

8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Alterações orçamentais

Foram efetuadas as seguintes alterações orçamentais durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

1 – Despesa

Este mapa consta do anexo 8.3.1.1.

2 – Receita

Este mapa consta do anexo 8.3.1.2.

8.3.2 Contratação administrativa

1 – Situação dos contratos

Este mapa consta do anexo 8.3.2.1.

2 – Formas de adjudicação

Este mapa consta do anexo 8.3.2.2.



8.3.3 Execução de programas e projetos de investimento

O mapa consta do anexo 8.3.3.

8.3.4 Transferências e subsídios

1. Transferências correntes – despesa (não houve lugar a qualquer despesa)

Este mapa consta do anexo 8.3.4.1.

2. Transferências de capital – despesa (não houve lugar a qualquer despesa)

Este mapa consta do anexo 8.3.4.2.

9. Outros documentos

9.0 Relatório de gestão

O relatório encontra-se no anexo 9.0.

9.1 Relação nominal dos responsáveis

O mapa encontra-se no anexo 9.1.

9.2 Ata da apreciação das contas

Este serviço apenas possui um responsável, pelo que as contas não foram sujeitas a aprovação nem objeto de relatório e parecer por parte de qualquer órgão de fiscalização. Deste modo, não foi elaborada nenhuma Ata.

9.3 Relação dos documentos da despesa

Os documentos de despesa constam do Anexo 9.3 e incorporam informação que justifica os valores constantes no mapa de fluxos de caixa.

9.4 Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício

O extrato bancário encontra-se no anexo 9.4.

9.5 Reconciliações bancárias

Os mapas das reconciliações bancárias das contas n.º 38416182771, do BANIF e n.º 06930977020, do SANTANDER, encontram-se no anexo 9.5.

9.6 Síntese das reconciliações bancárias

Os mapas encontram-se no anexo 9.6.



9.7 Balancete sintético

Balancetes sintéticos antes e após o apuramento de resultados.

1 – Antes do apuramento de resultados

O mapa com os valores antes do apuramento dos resultados encontra-se no anexo 9.7.1.

2 – Após o apuramento de resultados

O mapa com os valores depois do apuramento dos resultados encontra-se no anexo 9.7.2.

9.8 Mapa síntese dos bens inventariados

Foi elaborado o mapa 9.8, relativo aos bens inventariados, nos termos do artº 5º da Portaria n.º 671/2000.

9.9 Relação dos funcionários e agentes em situação de acumulação de funções

Este mapa encontra-se no anexo 9.9.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

ANEXOS

5 – Balanço



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

6 – Demonstração de resultados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.1 – Controlo orçamental – despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.2 – Controlo orçamental – receita



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.3 – Fluxos de caixa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.5.1 – Descontos e retenções - receita



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.5.2 – Descontos e retenções – despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.7 Orçamento Inicial

1 – Despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

7.7 Orçamento Inicial

2 – Receita



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.7 – Amortizações e provisões



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.8 Desagregação das rubricas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.14 – Ativo imobilizado



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.15 Identificação dos bens de domínio público



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.32 Explicação da classe

5 – Fundo Patrimonial



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.37 Demonstração de resultados financeiros



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.1.1 – Alterações orçamentais – despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.1.2 – Alterações orçamentais – receita



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.2 Contratação administrativa

1 – Situação dos contratos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.2 Contratação administrativa

2 – Formas de adjudicação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.3 – Execução de programas e projetos de investimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.4.1 – Transferências correntes – despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

8.3.4.2 – Transferências de capital - despesa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.0 – Relatório de gestão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.1 – Relação nominal dos responsáveis



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.3 – Relação dos documentos de despesa



9.4 - Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.5 – Reconciliações bancárias



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.6 – Síntese das reconciliações bancárias



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.7.1 – Balancete sintético antes do apuramento dos resultados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.7.2 - Balancete sintético após o apuramento dos resultados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.8 – Mapa síntese dos bens inventariados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.9 Relação dos funcionários e agentes em situação de acumulação de funções



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS DO MAR

9.10 Outros documentos